

Tradução integral para o português - São Afonso Maria de Ligório, Doutor da Igreja

Página 1

PIO PP. IX. Para perpétua memória do fato.

Cristo Senhor prometeu que nunca faltaria à sua Igreja. Quando percebeu que isso convinha de modo especial à causa de sua Esposa imaculada, suscitou homens insignes em piedade e doutrina, os quais, cheios do espírito de inteligência, como chuvas enviariam as palavras de sua sabedoria. Pois não foi sem o providentíssimo desígnio de Deus onipotente que tal se realizou.

Página 2

Sagrada Congregação dos Ritos.

Para a Cidade e o Mundo.

Concessão do título de Doutor e extensão do mesmo título à Igreja universal, bem como do Ofício e da Missa sob o rito duplo do Comum dos Doutores Pontífices, em honra de São Afonso Maria de Ligório, fundador da Congregação do Santíssimo Redentor e outrora bispo de Santa Ágata dos Godos.

Tratamos de uma causa amplíssima, na qual tantos e tão importantes documentos foram apresentados à Sagrada Congregação para demonstrar o sufrágio quase universal dos bispos em favor da declaração de São Afonso como Doutor da Igreja, que já no próprio limiar se poderia julgar a causa decidida.

Com efeito, aquilo que, pelo sufrágio universal dos bispos, sem excluir de modo algum a Sé Apostólica, é julgado uniformemente, já é juízo da Igreja; a esse juízo se acrescenta, como coroa, a confirmação apostólica formal, que, por sua autoridade, sanciona solenemente a própria matéria.

Muitas coisas, decerto, foram discutidas perante a Sagrada Congregação dos Ritos, como é costume: de um lado, pelas observações do Promotor da Fé contra a petição; de outro, pelas respostas do Patrono, às quais se juntaram dois votos de consultores requeridos pela Sagrada Congregação. Todavia, essas coisas pertencem mais à maior elucidação do assunto do que ao fundamento da causa. O fundamento claríssimo da causa é o sufrágio quase universal dos bispos, no qual os eruditos podem investigar as razões desse sufrágio e facilmente as encontrarão, não em um ou outro opúsculo de São Afonso, não em uma ou outra opinião sua, não em algumas questões discutíveis, mas em toda a sua doutrina prática. Por ela, ele pôde perseguir e arrancar os frutos perniciosíssimos da doutrina jansenista, espalhados por toda parte, em maior ou menor grau, e sobretudo por sua doutrina moral, que, tornando-se universal, já em nossa época extinguiu quase por completo o jansenismo prático.

Página 3

Essas coisas ficarão suficientemente claras a partir do que adiante se discute. Portanto, referirei, em seus pontos principais, a sequência da causa, acrescentando a eles o decreto da Sagrada Congregação e as Letras Apostólicas.

O Patrono da causa, depois de expor a doutrina comum segundo a qual, para constituir alguém Doutor da Igreja, são necessárias três coisas - a saber: doutrina eminente, santidade insigne de vida, conforme aquela palavra de Agostinho sobre o Salmo 71, "os montes eminentes na Igreja são aqueles que, por excelente santidade, são idôneos para ensinar também os outros", e, além disso, a declaração do Sumo Pontífice ou de um Concílio geral legitimamente congregado -, ao tratar da eminência da doutrina, dividiu sua exposição em duas partes: primeiro tratou dos argumentos intrínsecos e, começando a falar das obras de São Afonso em geral, abriu caminho para tratar das obras dele em particular; depois tratou dos argumentos extrínsecos.

Quanto aos argumentos intrínsecos, falando em geral, recordou diversos decretos publicados na causa de canonização; isto é, aquele sob Pio VIII no qual se lê que ele trabalhou muitíssimo para instruir o povo cristão pela palavra e por escritos. No decreto de 3 de dezembro de 1829, lê-se que, desde os anos floridos até a extrema velhice, ele se empenhou, por livros salubérrimos, em acender nas almas dos fiéis o desprezo do século enganador e o amor da glória eterna. Pio VII, nas Letras Apostólicas sobre sua beatificação, disse que, embora quebrantado no corpo pela velhice, pelos trabalhos, por longa artrite e por outras gravíssimas doenças, ele, mais alegre e fervoroso no espírito, nunca pôs fim ao dissertar ou escrever sobre as coisas celestes, até que, nonagenário, expirou placidíssima e santissimamente. Por fim, Gregório XVI, na bula de canonização, pronunciou estas palavras: escreveu certamente numerosos livros, seja para defender a doutrina dos costumes, seja para a plena formação da ordem sagrada, seja para confirmar a verdade da religião católica, seja para afirmar os direitos desta Santa Sé Apostólica, seja para excitar o senso de piedade nas almas dos cristãos. Neles, além disso, podem-se admirar força incomum, abundância e variedade de doutrina, singulares documentos de solicitude eclesiástica e apurado zelo religioso. E isto é especialmente digno de nota: embora tenha escrito copiosissimamente, depois de diligente exame ficou demonstrado que suas obras podem ser percorridas pelos fiéis sem nenhum tropeço.

Página 4

A essas coisas devem ser unidas as que Nosso Santíssimo Senhor mandou escrever no breve de 25 de novembro de 1846 ao padre Hugues, da Congregação do Santíssimo Redentor, sobre a versão alemã das obras de São Afonso: a leitura dessas obras de São Afonso é de máxima utilidade não só para o povo cristão, mas também para os eclesiásticos, sobretudo para aqueles dedicados ao cuidado e ao governo das almas. Pois os livros daquele homem santíssimo e doutíssimo, redigidos com admirável afeto de terna piedade, respiram por toda parte singular amor a Cristo Jesus e confiança em sua misericórdia e em seus méritos; despertam grandíssimo culto à Virgem Mãe de Deus e aos santos habitantes do céu; inflamam à frequente recepção dos santíssimos sacramentos; e fornecem abundantemente as melhores advertências, conselhos e preceitos, que conduzem muitíssimo a conservar e promover a salvação das almas.

Depois disso, distinguindo todos os livros afonsianos em três classes, isto é, em obras dogmáticas, morais e ascéticas, tratou amplamente de cada uma delas, para mostrar que por meio dele foram afugentadas as trevas dos erros, esclarecidas as coisas obscuras, declaradas as duvidosas e desvendados os enigmas das Escrituras, conforme aquilo que Bonifácio VIII louva nos Doutores da Igreja.

Passando aos argumentos extrínsecos, o orador antepôs a doutrina de São Afonso na dissertação sobre o uso moderado da opinião provável, de 1755, capítulo 3, número 115, onde ele diz: “Confessamos, de fato, que nenhuma opinião pode ser extrinsecamente provável, a não ser que, por princípio intrínseco, isto é, por razão, seja também verdadeiramente provável; pois só a razão constitui a probabilidade das opiniões. Mas a probabilidade extrínseca proveniente da autoridade dos doutores é de tal vigor que às vezes se equipara à probabilidade intrínseca da razão, formando uma presunção certa de que aqueles doutores que ensinaram determinada opinião ponderaram a verdade apoiados em razões. Isso ensinou expressamente São Tomás, quando diz que a doutrina sagrada usa as autoridades de outros Doutores da Igreja como que argumentando a partir de princípios próprios, embora de modo provável. Com isso o Santo Doutor ensina claramente que a autoridade dos doutores funda verdadeira probabilidade intrínseca. E daí Croix notou bem: pode-se presumir prudentemente que há probabilidade intrínseca onde muitos autores bastante conhecidos defendem alguma opinião; pois não se deve julgar que eles falem temerariamente e sem grave fundamento.”

Daí o orador concluía muito bem: se a opinião de muitos autores produz argumento de razão intrínseca, que se deve dizer do consenso dos fiéis em toda a terra?

Página 5

Ora, Afonso teve o mundo inteiro por testemunha e admirador de sua doutrina eminente. Por isso, já no decreto da causa de canonização, de 3 de dezembro de 1829, lê-se atestado: “O nome deste Beato Varão, tanto por seus feitos preclaros quanto por seus volumes cheios de piedade e doutrina, difundiu-se por todos os povos.”

A fama ilustre da egregia doutrina do santo bispo já floresceu enquanto ele ainda vivia e cresceu admiravelmente depois de sua morte. Quatro pontífices ocuparam a suprema cátedra de Pedro enquanto Afonso vivia; todos parecem ter competido em atribuir louvores à sua doutrina. Bento XIV louvava em suas obras as sentenças dele como as de um autor prudente; confiava-lhe homens gravíssimos em torno de questões árduas e ambíguas; e predizia que seus volumes seriam aceitíssimos e muito úteis a todos.

Clemente XIII escreveu assim a São Afonso, que lhe dedicara a obra “A Verdade da Fé”: “Recebemos de muito bom grado o teu livro contra os erros que hoje agitam quase toda a Europa, tanto porque é teu, de quem conhecemos perfeitamente, por muitos outros escritos teus, o engenho, a doutrina e o zelo ardentíssimo por Deus, quanto porque confiamos que será utilíssimo e muitíssimo frutuoso. De resto, venerável irmão, amamo-te sobremaneira, porque, não contente em ser útil somente à tua Igreja, não permites que se perca qualquer tempo que te reste de tua administração episcopal, mas o consomes todo em trabalhos desse gênero, cuja utilidade não se circunscreve aos limites de tua diocese, mas se estende à Igreja universal.” O que Clemente XIV e Pio V sentiram a respeito de seu zelo e de sua doutrina pode ser lido no que Tannoia transmite na “Vida e Instituto de Santo Afonso”.

Mas os Romanos Pontífices também tributaram maiores louvores a São Afonso depois de sua morte. Entre outros, bastará recordar este: Pio VII, quando pediu que lhe fossem enviados três dedos da mão direita de Afonso, disse: “Venham a Roma estes santos dedos, que tão bem escreveram pela glória de Deus, da Virgem Maria e da religião.” De Pio VIII é memorável aquilo que, antes do pontificado, enquanto exercia o ofício de cardeal penitenciário, escreveu ao bispo de Marselha.

Página 6

Estas são as palavras: “Há certamente motivo para que eu felicite vivamente Vossa Senhoria pelo piedosíssimo propósito com que vos esforçais por fomentar em vosso rebanho a veneração ao Beato Afonso. Nele vemos não só um esplêndido ornamento da ordem episcopal em nosso tempo, pelo fulgor das virtudes, mas também alguém que brilhou por doutrina sã e conforme a Deus em tantos volumes publicados, nos quais, por venerável juízo, somos advertidos de que nada foi encontrado digno de censura.”

Como que o cume desses louvores foi posto por Gregório XVI, por meio das palavras que acima extraí da bula de canonização. Também não se deve omitir o que se lê no decreto de 10 de janeiro de 1840, pelo qual o mesmo Pontífice concedeu indulgência àqueles que no dia 2 de agosto visitassem piedosamente alguma igreja da Congregação do Santíssimo Redentor: “Entre as maiores luzes e ornamentos da Igreja católica refulge Santo Afonso Maria de Ligório, insigne em doutrina e santidade, inflamado de suma caridade, servindo unicamente à glória de Deus e à salvação espiritual dos homens com admiráveis exemplos de todas as virtudes e com muitíssimas obras doutíssimas e piedosíssimas; depois de vida santissimamente cumprida, já coroado possui a palma e triunfa com Deus.”

A respeito do Sumo Pontífice sob o qual agora somos felizmente governados, o orador recordou, entre outras coisas, que, quando exercia o episcopado em Ímola, após seu venerando nome ao pedido pelo qual muitos prelados solicitavam que Afonso fosse declarado Doutor da Igreja.

Com esses e outros louvores e elogios da doutrina de Afonso tributados pelos Romanos Pontífices concordam também a série dos Eminentíssimos Cardeais e a maior parte dos bispos, que simultaneamente pediram que Afonso fosse declarado Doutor da Igreja.

Com efeito, do amplo sumário da causa consta que isso foi pedido por trinta e nove cardeais, dez patriarcas, cento e trinta e cinco arcebispos e quinhentos e quarenta e quatro bispos. Se a esses acrescentares outros setenta e cinco que haviam pedido o mesmo a Gregório XVI, terá a soma inteira dos prelados sagrados da Igreja que pediram a mesma declaração chegando a oitocentos e três, procedentes de quase todas as partes do orbe católico.

E, além disso, três abades sem diocese, vinte e cinco superiores gerais de ordens religiosas,

Página 7

quatro faculdades e colégios teológicos, quinze capítulos do Reino das Duas Sicílias, além de outras sociedades e colégios.

Indicadas essas coisas, o orador apresentou testemunhos preclaríssimos que homens eminentes por eloquência, erudição e piedade há muito deram acerca da excelência da doutrina afonsiana.

Discussão sinótica.

Observações contrárias feitas pelo reverendíssimo Promotor da Fé. O Promotor da Fé compôs numerosas observações em contrário; escolherei apenas uma ou outra, de caráter geral, que parecem de maior importância.

Entre outras coisas, observou que a presente causa era proposta mais cedo do que convinha: pois o santo varão falecera em 1787, fora inscrito no catálogo dos santos por Gregório XVI em 1839, e, sem que tivesse decorrido um século, já se propunha a causa de declará-lo Doutor da Igreja. Devem-se evitar os extremos; pois, assim como Bento XIV dizia, a respeito de São Bernardo de Claraval, que ainda não se cogitara dar a um santo de tantos méritos e cheio de doutrina celeste o título de Doutor na Igreja universal - e ele escrevia isto quando já se aproximava o sexto século desde a morte de São Bernardo -, assim também se deve evitar o outro extremo da excessiva pressa no tempo.

Deixando em silêncio os exemplos de outros Doutores, cuja doutrina, somente depois de longa demora, foi apreciada e recebida e aprovada pelo sufrágio público, o Promotor da Fé prosseguiu nestes termos: “Certamente ninguém julgará que a doutrina de Ligório tenha sido tão exímia que deva ser anteposta à dos demais que floresceram antes dele.

“Mas em vão investigamos se esta doutrina é exímia e eminente. Pois o santo varão, embora, movido pela religião, não tenha desperdiçado tempo algum e por isso tenha escrito muitíssimas coisas que, reunidas, formam volumes de não pequena extensão, contudo quase todas as suas obras foram redigidas apenas para a utilidade dos mais simples, sejam eclesiásticos, sejam leigos, e até do sexo feminino, que não podem dedicar-se a disciplinas mais graves. Por isso ele usou a língua vernácula e estilo simples.

Página 8

“Faltam, por conseguinte, obras tais como se requerem em um Doutor da Igreja: cheias de doutrina eminente e capazes de instruir a Igreja universal.

“Daí que nosso autor, movido sobretudo pela humildade de espírito, que é sinal da religião cristã, nem sequer pensou em tirar algo do próprio tesouro; mas reuniu com muito trabalho as coisas já publicadas por outros, reduziu-as a epítome e as transmitiu como uma espécie de alimento fácil, para que fossem um compêndio para todos e adaptadas à capacidade de cada um.” Assim, dizia ele, procedeu em suas obras dogmáticas etc.

Além disso, o Promotor da Fé fez muitas observações contra a amplíssima obra moral. Em geral, anotou: “A teologia moral certamente oferece maior colheita de documentos, reunida com ingente trabalho a partir de outros livros e autores.” E, insinuando que essa obra é louvada como uma biblioteca de autores, prosseguiu assim:

“Se, portanto, trata-se quase de uma biblioteca, celebra-se certamente o seu compilador por diligência, sagacidade e engenho não pequeno; mas não se dirá de modo algum que a doutrina dele é eminente, nem tal que convenha a um Doutor da Igreja. Se forem exímias as obras das quais extraístes documentos, não carecereis de louvor; mas o primeiro lugar caberá àquele que as introduziu. Falamos, porém, de uma coisa patente aos olhos de todos e que o próprio Ligório confessou ingenuamente. Assim fala ele na dedicatória da obra oferecida a Bento XIV: ‘Além disso, tive o propósito de trazer a público muitíssimas doutrinas que aprendi de tuas obras de ouro, pelas quais tua Santidade transmitiu à república literária universal não poucas coisas dignas de memória imortal e de serem aprendidas.’

“Não se pode duvidar da utilidade da obra iniciada pelo santo varão, visto que naquela época os ministros do sacramento da Penitência buscavam um caminho médio entre extremos opostos, isto é, o rigor excessivo e a excessiva lenidade. Por isso, diz o próprio santo varão no proêmio ao leitor: ‘Deliberei publicar esta nova obra, que ocupasse um lugar médio entre opiniões demasiado benignas e demasiado severas.’ Mas, embora, guiado por doutores exímios, tenha aplainado o caminho, não se pode dizer que tenha levado a obra iniciada à perfeição. Muitas coisas ainda se apresentam indigentes e inteiramente necessitadas de emenda em sua Teologia, como sucede sobretudo àqueles que se dedicam a compor coleções prolixas.

Página 9

“Isso demonstra o claríssimo padre Antônio Ballerini, da Companhia de Jesus, professor de teologia moral no Colégio Romano, em suas anotações ao Compêndio de Teologia Moral do padre João Pedro Gury. Com efeito, na nova edição, São Afonso dizia no prefácio: ‘Concluí a obra; mas, porque ela foi entregue à impressão com demasiada pressa, para satisfazer aos outros, não satisfiz a mim mesmo. Muitas coisas nela escaparam, ou mal impressas, ou expostas em ordem confusa.’ E, de fato, as questões que ele reformou, explicou e modificou enquanto viveu, depois de melhor ponderação, são noventa e nove no primeiro elenco. A elas se acrescenta outro, isto é, outras vinte e seis recentes retratações de opiniões. Sem dúvida, outras emendas teriam sido acrescentadas se novas edições tivessem surgido enquanto ele ainda vivia, ou se ele tivesse vivido por mais tempo. Portanto, nada há de admirável se hoje se encontram nessa mesma obra muitas coisas que escaparam ao autor mal impressas e que não satisfazem a homens doutos e prudentes.”

Depois disso, o Promotor da Fé descia a casos particulares e, em primeiro lugar, tratou do probabilismo, que afirmava não se encontrar exatamente determinado nas obras de São Afonso; e de algumas opiniões de prudência moral, das quais tratou o célebre padre Ballerini na obra citada.

Omitimos de propósito essas particularidades, tanto porque esta breve sinopse da causa cresceria até formar um volume, quanto sobretudo porque o feliz êxito da causa de modo algum depende de questões particulares desse gênero.

Respostas do Patrono. O Patrono da causa respondeu às observações opostas com amplíssima oração, da qual extraímos apenas estas coisas.

Depois de antepor um artigo no qual o orador mostrou abundantemente que a doutrina de Afonso, procedente de seu zelo, fora aprovada pelo sufrágio público da Igreja, respondeu, entre outras coisas, ao que acima expus: não existe lei alguma que determine previamente, nesta matéria, o decurso de certo tempo.

Também não se pode objetar que seja costume, em causas desse gênero, dar muito peso ao tempo e à antiguidade. Pois, logo no início, observou que não se devem confundir as denominações de Padres e de Doutores: a série dos santos Padres se contém em certo espaço de séculos e se conclui com certos varões;

Página 10

mas isso não se deve afirmar dos Doutores, cuja idade e número não são definidos; pois sempre haverá Doutores na Igreja.

Observou, portanto, que antes de Bonifácio VIII homens insignes por santidade e doutrina foram chamados Doutores sem decreto formal, isto é, por declaração equivalente da Igreja, conforme aquilo que escreveu Bento XIV: “Parece dever-se estabelecer, primeiro, que a concessão individual do título de Doutor precedeu a concessão do Ofício e da Missa sob o mesmo título na Igreja universal somente quanto aos santos Gregório Papa, Ambrósio, Agostinho, Jerônimo - os quais foram ornados com esse título por Bonifácio VIII -, Tomás de Aquino, por Pio V, e Boaventura, por Sisto V. Segundo, que outros têm na Igreja universal o mesmo culto, embora não tenha precedido declaração formal de sua admissão entre os Doutores da Igreja: são os santos João Crisóstomo, Gregório Nazianzeno, Anselmo, Isidoro e Pedro Crisólogo.” Na declaração equivalente de Doutor, portanto, não se levou em conta nenhuma razão de tempo.

“E se alguém quiser insistir apenas na declaração formal”, são palavras do orador, “quanta variedade de tempo encontrará nos diversos Doutores! São Gregório, muito mais recente que Ambrósio, Agostinho e Jerônimo, é unido a eles por um só decreto de Bonifácio VIII, no ano de 1298. Depois, Tomás de Aquino é proclamado Doutor no ano de 1567, isto é, duzentos e quarenta e quatro anos depois de sua canonização. Mais tarde, São Boaventura, mal decorrido um século desde sua canonização, é ornado com as honras de Doutor. Anselmo e Isidoro, muito mais antigos que os dois há pouco louvados, somente no século XVIII são chamados Doutores por declaração formal de Clemente XI e Inocêncio XIII. Outros depois se sucedem, não segundo a razão do tempo em que viveram, mas segundo a diversa diligência e pressa dos postulantes. Que dizer? Aquele Leão I, contemporâneo de Marciano, que já recebera o cognome de Magno não só por santidade de vida, mas também por excelência de doutrina, somente depois de transcorrida metade de um século foi contado entre os Doutores da Igreja por decreto especial de Bento XIV. Que dizer? Hilário, mais antigo que Leão, martelo dos arianos, defensor da verdade católica, que escrevera admiravelmente sobre o mistério da Santíssima Trindade, quando foi contado no excelso grupo dos Doutores?

Página 11

Em nossa época, por decreto do Pontífice imortal, a quem Deus conserve por muitíssimo tempo.

“Portanto, naquela concessão que pedimos, a Sé Apostólica não considera razão alguma de tempo, nem jamais a considerou. Só se examina se aquele para quem se pede o nome de Doutor o merece de fato.” Assim o orador respondeu à observação tirada da brevidade do tempo.

Quanto à outra observação, de que a doutrina de Ligório não seria tão exímia que devesse ser anteposta à dos demais que floresceram antes dele, respondeu, entre outras coisas: nunca se ouviu que alguém deva ser tanto mais excelente que os outros quanto mais recentemente, depois da morte, é chamado Doutor por decreto formal. Assim, seria preciso dizer que Boaventura deveria ser mais douto que Jerônimo; Gregório, que Leão; Bernardo, que Hilário; Pedro Damiano, que Ambrósio e Agostinho. Os Doutores são chamados assim não por causa deles mesmos, que são ornados com esse título, mas por causa da Igreja; pois, conforme a diversa condição dos tempos e a qualidade dos erros que se difundem, convém recomendar aos fiéis os livros ora de um, ora de outro escritor, para que mantenham cuidadosamente a sã doutrina. E o orador mostrou que São Afonso, em suas obras, já havia refutado os principais erros de nossa época, os quais o Santíssimo Padre reprovou no célebre Sílabo.

À terceira observação, exposta acima, respondeu inicialmente: “Perguntarei aqui primeiro o que a censura entende pelo nome de Igreja universal. Se atribui a parte principal, como é justo, à multidão do povo cristão que deve ser instruído pelos Doutores, a objeção se volta contra quem a propõe. Pelo contrário, a nosso Afonso se deveria negar o título de Doutor se seus escritos pudessem ser entendidos somente pelos doutos e sábios; pois então não seriam aptos a instruir a Igreja universal. Mas, se por essa expressão o censor entende alguns homens doutos e muito instruídos, tais como restam na Igreja católica, excluídas as mulheres, as crianças e aqueles, eclesiásticos ou leigos, que não podem dedicar-se às disciplinas mais graves, veja, peço, se não inverte a força e o sentido das palavras.

“Estas poucas coisas bastariam para que a dificuldade oposta ruísse, desmoronada por seu próprio peso; contudo convém ponderar um pouco cada uma de suas proposições. A observação supõe que as obras do santo autor não sejam de utilidade nem de proveito para os homens doutos; mas isso se choca contra as Letras Apostólicas de Pio VII sobre a beatificação dele.

Página 12

A censura não pode chamar essas letras de mentirosas. ‘Entenderão certamente’, dizia o imortal Pontífice, ‘também os homens doutos quanto auxílio lhes foi constituído no próprio Afonso Maria.’ Gregório XVI confirma seu predecessor quando, na bula de canonização, atesta: ‘Nesses livros de São Afonso podem-se admirar força incomum, abundância e variedade de doutrina.’

“Mas conceda-se, se quiser, que o santo escritor não tenha tido nenhuma solicitude pelo leitor sábio e tenha pretendido apenas escrever coisas acessíveis e inteligíveis aos simples: acaso sua ciência pareceria menos eminente? Que há de mais sublime ou mais eminente que os ensinamentos que nos transmitiu o supremo mestre dos Doutores, nosso Senhor? Ora, ele veio evangelizar os pobres e se acomodou de tal modo aos engenhos e à capacidade dos mais rudes que, por parábolas, explicava suas doutrinas celestes aos ignorantes. Não constitui doutrina eminente a própria doutrina cristã, exposta em sua pureza com dignidade simples? Se o santo bispo a tivesse transmitido mutilada e diminuída, para fugir às coisas mais árduas e graves, a objeção teria algum valor; mas a realidade foi outra.

“São Afonso de modo algum cortou ou atenuou a doutrina católica para expor apenas algumas partículas que oferecesse ao povo rude; antes, abraçou-a inteira e como que a compôs num só corpo, para que pudesse ser percebida e retida por inteiro em menor tempo e com menor trabalho. Por que essa doutrina, plena embora contraída, não poderia ser chamada eminente? Pelo contrário, como outros escritores o precederam, que narraram a teologia cristã mais difusamente, a própria reunião dessa multidão de partes em uma só estrutura manifesta o máximo engenho e perícia do autor. Nem se deve dizer que ele teve menor sabedoria porque recolheu tudo mais brevemente; nem reivindica com menor direito o nome de Doutor porque seus escritos podem ser lidos por todos.”

E o orador ilustrou essa mesma coisa com exemplos tomados de outros Doutores da Igreja e de homens doutíssimos. Quanto ao estilo simples que se opunha contra ele, alegou o que escreveu Barônio e o que escreveu Jacó Bonfrério, que neste lugar conclui assim: “Deve ser dito universalmente eloquente aquele que em tudo guarda o conveniente ou decoro; aquele que sabe julgar o que se deve dizer, e de que modo, segundo o lugar,

Página 13

o tempo, as pessoas e a finalidade de quem fala. Deste modo, digo na matéria presente, Deus, por ser sapientíssimo e eloquentíssimo sob todos os aspectos, assumiu na Sagrada Escritura aquela forma e caráter de falar que mais convinha a seu fim: mover as almas dos homens para aquilo que mais certamente os conduzisse à sua glória e à obtenção da bem-aventurança eterna. Como para tal fim era menos conveniente aquele discurso ornado e polido, no qual geralmente as palavras movem mais os ouvidos curiosos e delicados do que as coisas e aquilo que se diz move as almas, ele o afastou e assumiu outro, mais simples, que convinha mais retamente a seu fim.”

O orador notou que Gregório Magno não se afastou desse gênero de eloquência, como ele mesmo escreveu na epístola a Leandro, anteposta aos livros dos Morais.

O orador negou, porém, que o estilo com que São Afonso escreveu seus livros fosse tão baixo que não conviesse a um Doutor da Igreja. Mostrou, pelo contrário, que Afonso usou o estilo próprio de um Doutor da Igreja, aduzindo o preclaríssimo testemunho de São Isidoro de Sevilha, Doutor da Igreja: “Aquele que presidir à instrução dos povos e à formação deles para a virtude deve ser santo em tudo e não ser tido por repreensível em nada; e deve estimular a todos à boa obra por doutrina e por ação. Também lhe é necessária a ciência das Escrituras. Se for instruído tanto em doutrina quanto em linguagem, poderá também instruir e ensinar os seus e ferir os adversários; se estes não forem refutados e convencidos, facilmente poderão perverter os corações dos simples. Seu discurso deve ser puro, simples, aberto, cheio de gravidade e honestidade, cheio de suavidade e graça, tratando do mistério da lei, da doutrina da fé, da virtude da continência, da disciplina da justiça, advertindo cada um com diversa exortação, conforme a profissão e a qualidade dos costumes; isto é, para que saiba de antemão o que deve proferir, a quem, quando e de que modo.”

“Nosso santo autor observou diligentemente e cumpriu excelentemente todas essas coisas”, disse o orador. “Em suas diversas obras, conforme a diversidade do assunto e das pessoas, usou ora estilo simples, ora mais pleno, e por vezes até mais sublime. De fato, segundo as advertências de Cícero e Quintiliano, buscou antes de tudo a clareza,

Página 14

como professou no prefácio da Teologia Moral, onde diz: 'Nisto sobretudo me empenhei: em abundar antes em clareza do que em elegância de linguagem.' Contudo, esse zelo pela clareza nunca fez com que de sua pena saísse algo informe, inculto, rude ou bárbaro. Se o máximo louvor e a vitória da eloquência consistem, como Cícero notou com acerto, em apoderar-se dos corações dos ouvintes, incliná-los para onde se quer e movê-los, nada há mais eloquente que os escritos de Afonso, nos quais se esconde certa virtude oculta e divina que, pouco a pouco, penetra nas almas dos leitores: suavemente as abrandando, dobrando, transformando, ilumina e as impele ao fim que estabeleceu. Essa eficácia de tais livros, unida à suavidade, foi merecidamente louvada pelos prelados da Áustria e da Espanha nestas palavras: 'Supera toda crença o quanto a fé, a religião e a piedade cresceram a partir dos escritos deste santo varão, felizmente levados a todas as nações. No estilo de escrever há doçura de mel; em suas palavras, unção do Espírito Santo; em suas doutrinas, certa pureza celeste unida à clareza.'"

Passando à outra proposição do censor, segundo a qual o santo homem de Deus escreveu em língua vernácula, o orador respondeu assim: "Também os Padres da Igreja e os hagiógrafos, não só os Doutores, escreveram seus livros em idioma vernáculo. Moisés e quase todos os demais escritores dos volumes do Antigo Testamento, escrevendo em hebraico, usavam o idioma vernáculo. Daniel redigiu sua profecia em caldeu; mas, naquela região e naquela época em que escreveu, tal escrita era vulgar. Aquele idioma misto de hebraico e siríaco que se diz ter sido usado por Mateus foi por ele empregado porque naquele tempo era vernáculo entre os hebreus. Marcos publicou o Evangelho em latim, ensinando Pedro, porque então, em nossa Cidade, da qual Pedro era o primeiro bispo, nossos antepassados falavam latim. A maior parte das Escrituras do Novo Testamento foi escrita em grego porque eram inúmeros, nas regiões então conhecidas do orbe, os que falavam a língua grega.

"Os Padres e Doutores da Igreja procederam da mesma maneira: cada um usava a língua que o povo costumava empregar entre aqueles para quem pregava ou escrevia. Chama-se entre nós língua douta e literária aquela em que foram escritos os livros de Atanásio, Basílio, Gregório Nazianzeno e João Crisóstomo; mas, se consideras a razão do tempo e da nação, aquela era língua vulgar,

Página 15

que qualquer leitor e ouvinte, mesmo o mais ignorante, entendia facilmente. Que há agora de mais digno de um varão douto e erudito do que aquele som siríaco das palavras que se ouve nos livros de Santo Efrém? Contudo, aquele gênero de falar foi adotado pelo santo escritor porque era tido como vernáculo entre os seus. O mesmo dirás da língua latina usada por Ambrósio, Agostinho, Hilário, Leão e Gregório Magno. Além disso, Jerônimo, Doutor Máximo, escrevia em latim também a Paula, Eustóquio e outras ilustres mulheres, pois para aquelas discípulas do sexo feminino essa era a língua própria e familiar; pela mesma razão, Ambrósio escreveu em latim os livros sobre as virgens e as viúvas.

“Com razão, portanto, sábios teólogos do Colégio Napolitano atribuíram como máximo louvor ao santo bispo o fato de que, embora tivesse escrito muitas obras em latim, escreveu também não poucas em italiano: ninguém lhe imputará como culpa aquilo que constitui seu maior louvor. Se ele tivesse escrito tantos textos somente em língua latina, jamais teria podido difundir tão amplamente os ensinamentos da doutrina cristã.”

Chegando à outra parte da observação, na qual o censor marcou Afonso como se nada tivesse escrito de seu próprio tesouro, mas apenas recolhido coisas alheias e as acomodado à capacidade de cada um, o orador respondeu muitas coisas; e, trazendo à luz numerosos trechos das obras afonsianas para mostrar que ele não fora seguidor servil da doutrina alheia, mas consultara obras precedentes surgidas em algum gênero de escrita e, por isso, se mostrara dotado de suma erudição, concluiu sua oração assim:

“Quem investigar profundamente todas essas coisas nos livros do santo autor encontrará não um compilador de mercadoria alheia, nem um coletor rastejante pelo chão, mas um engenho escolhíssimo, dotado de certa força criadora, que por si descobre muitas coisas e traz à luz as que estavam ocultas; por admirável síntese reúne em um só corpo o que estava disperso; e por diligente análise separa e distingue aptamente o que estava confuso. Se por vezes usa os trabalhos de outros, é à maneira da abelha, que, por labor industrioso, extrai de várias ervas e flores tudo o que há de mais suave e fabrica seu mel, que tem odor e sabor novos e próprios, sem poder ser chamado, com razão, mistura indigesta de flores e ervas. No máximo, poder-se-ia inferir que São Afonso, em algumas obras, recolheu coisas que haviam sido publicadas por outros, para que pudessem ser conhecidas mais facilmente

Página 16

por muitos e adaptadas à capacidade de cada um. Mas, ainda que queiramos conceder isso, impediria tal coisa que Afonso fosse declarado Doutor da Igreja? Não fizeram o mesmo muitos dos mais insignes Padres e Doutores?

“O Doutor Máximo confessa, a respeito de Hilário de Poitiers e de si mesmo, na segunda epístola a Teófilo: ‘Hilário, cortando de Orígenes o que era nocivo, transferiu o útil; foi isso que também eu fiz.’ Jerônimo não transferiu para seus livros apenas muitas coisas de Orígenes, mas também de outros escritores eclesiásticos que floresceram antes dele. São testemunhas disso, entre outros, os Comentários sobre Mateus, nos quais refere palavras e sentenças de Inácio e de outros. Que mais? Um homem tão grande não se envergonhou de converter para a língua latina coisas que outros haviam escrito em grego, o que é muito mais leve do que reduzi-las a compêndio, e por esse título é louvado no Breviário Romano. Santo Agostinho, no livro segundo contra Juliano, número 28, declara que quase nada tem a acrescentar às palavras e argumentos de Santo Hilário na refutação dos pelagianos; por isso louva e transcreve muitos lugares bastante amplos dos livros do santo bispo de Poitiers. E ainda na própria imensa e clássica obra A Cidade de Deus, quantos lugares reuniu e referiu, tirados não só de autores eclesiásticos, mas também de autores profanos! Sabem-no os próprios eruditos não católicos, que daí procuram fragmentos de Varrão, Túlio, Salústio e outros, de outro modo perdidos.

“Permita-se mencionar, ao lado de Agostinho, Ambrósio, que na obra intitulada Três livros sobre o Espírito Santo não só extraiu de Dídimo, mas também de Basílio e Atanásio, de modo que nela reúne tudo quanto jamais se pôde dizer para provar a divindade do Espírito Santo. Foi desonra para João Damasceno ter composto o livro intitulado Paralelos com lugares das Sagradas Escrituras, dos santos Padres e até sentenças de autores profanos? Diminui em algo o louvor de São Tomás o fato de, na Catena Aurea sobre os quatro Evangelhos, ter organizado sua exposição a partir dos livros de diversos Doutores?

“Do mesmo modo, naqueles três opúsculos dogmáticos - Disputa sobre a fé católica, Antílogo contra os judeus e Diálogo entre o judeu e o cristão - que São Pedro Damião nos deixou além de epístolas e sermões, nada se encontra que muitos santos Padres não tivessem explicado antes difusa e egregiamente; e até as heresias

Página 17

são tocadas apenas em poucas palavras, embora, de resto, sejam preclaros e eminentes os méritos desse santo, sobretudo na extirpação da mancha simoníaca.

“Se, portanto, não só perdoamos aos antigos Padres e Doutores, mas lhes tributamos muitíssimos louvores, por que a glória de Afonso será diminuída se, em algumas obras, realizou aquilo que eles realizaram?” Assim falou o orador; depois, dirigiu sua exposição aos livros individualmente objetados.

Mas ao orador foi preparada amplíssima seara para falar pelas observações contrárias feitas contra a obra de moral; pois é conhecido de todos que São Afonso se mostrou inteiramente singular na difícilíssima prudência das matérias morais, de tal modo que deve ser tido como suscitado por Deus para compor aquela obra que devia ser norma em tamanha variedade de opiniões, sobretudo contra as sentenças que se fortaleciam, movidas ou nascidas da doutrina janseniana, as quais, pouco a pouco e sem se perceber, convertiam por toda parte as justas regras cristãs dos costumes em gravíssimo jugo.

Portanto, quanto à observação anterior do censor, omito o título de biblioteca, que é sabiamente contado entre os méritos da mesma obra. Neyraguet, no *Compêndio de Teologia Moral* sobre a consciência, considerou como suma honra ao santo autor o fato de que ele “apresenta as opiniões de todos os doutores insignes que trataram de matéria moral, de modo que sua Teologia possa suprir os demais autores”. Do mesmo modo, Scavini escreveu em sua *Teologia Moral*, tratado sobre a consciência: “É excelentíssimo em erudição entre os moralistas mais amplos e recentes; declara ter examinado durante muitos anos muitíssimos volumes de autores clássicos e ponderado com muito cuidado suas doutrinas. Nisso deve atrair sobretudo o fato de que o autor, em qualquer controvérsia, costuma expor clara e simplesmente as sentenças de doutores de ambos os lados e os pesos das razões em que cada uma se apoia, apresentando sinceramente o catálogo dos escritores de melhor nota, de modo que os estudiosos tenham, por assim dizer, sob os olhos, teólogos e canonistas sem número.”

Assim, o orador observou que a teologia moral deve ser tratada, como já se tornou comum desde meados do século XVI, de modo que não sejam omitidos os sagrados cânones, as definições da Igreja referentes aos costumes, as constituições apostólicas e as proposições condenadas pela Santa Sé, nas quais se contém tanto o fundamento positivo da disciplina moral

Página 18

quanto a autoridade que seria ilícito ultrapassar; e que também não deve ser omitida a autoridade, embora privada, dos teólogos aprovados, sobretudo dos santos e daqueles que são tidos como clássicos. Ninguém, disse ele, repreenderá o santo autor por ter percorrido todas essas coisas, contanto que isso tenha sido feito a propósito.

“E, no entanto”, prossegue o orador, “o santo autor não apenas alega as sentenças dos doutores e autores, mas também examina e pondera cuidadosamente as razões apresentadas e as objeções ou dificuldades que lhes se opõem, e por fim pronuncia seu próprio juízo, não raramente lançando na balança uma razão que ninguém antes usara. No prefácio à Teologia Moral, diz: ‘De resto, esforcei-me, quanto pude, por expor minha sentença, atribuindo a cada opinião o justo peso de maior, igual ou menor probabilidade, conforme pareceu à minha fraqueza, para não deixar o leitor hesitante, como fazem alguns que, apenas referindo as sentenças dos outros, se tornam não pouco desagradáveis aos leitores.’

“Deve-se dizer que mereceu o máximo louvor de engenho excelentíssimo aquele que, em uma ciência coberta de muitas trevas, cercada de muitos espinhos e perplexa por muitas questões, encontra uma via segura e plana que conduza à verdade, sem desviar nem para a direita nem para a esquerda; e, uma vez encontrado o caminho, mostra-o aos outros com clareza e o prova de tal maneira que agrade àqueles a quem compete o juízo e concilie para si os sufrágios dos sábios. Retém cuidadosamente estas coisas e considera o que realizou o santo prelado. Em meados do século XVIII, a discórdia entre os autores que tratavam de teologia moral crescera a tal ponto que quase não restavam temas sobre os quais não se discutisse. Tutoristas mais rígidos, tutoristas mais moderados, probabilistas mais estritos e probabilistas mais largos defendiam acirradamente suas opiniões. Antes de tudo, os rigoristas queriam que seus dogmas intoleráveis fossem tidos como os únicos conformes ao Evangelho e às máximas dos santos Padres, de modo que a ninguém fosse lícito contradizê-los sem manifesto perigo de condenação eterna. Em tamanha variedade de opiniões, aos confessores não restava escolha senão jurar nas palavras de alguma escola ou mestre, ou assumir trabalho gravíssimo e difícil, para o qual certamente poucos eram capazes: examinar todas as opiniões controvertidas e escolher aquelas que lhes parecessem distantes tanto do rigorismo quanto do laxismo. Era, pois, necessária uma pessoa de engenho agudo,

Página 19

dotada de profunda erudição e longa experiência, alheia ao partidarismo de todos os lados e conduzida apenas pelo zelo da maior glória de Deus e da salvação das almas, que investigasse todas as sentenças controvertidas, ponderasse diligente e religiosamente as razões militantes a favor e contra, e enfim, pronunciando seu juízo, abrisse aos confessores uma via plana pela qual pudessem caminhar com segurança no exercício do sagrado ministério, do qual depende em grande parte a salvação eterna dos fiéis.

“E todos proclamam, ao menos em nossa época e a uma só voz, que São Afonso, dispondo a divina Providência, realizou isso de fato por sua Teologia Moral.

“Por essas razões, aqueles a quem compete o juízo acumularam a obra de Afonso com amplíssimos louvores de doutrina eminente. Os Romanos Pontífices, embora parcíssimos em atribuir encômios desse gênero, não pouparam louvores ao ornar Afonso. Nada direi dos cardeais da Santa Igreja Romana, dos arcebispos, bispos, prelados de ordens religiosas e de outros, cujos sufrágios e testemunhos estão expostos claramente nas próprias Letras.”

Depois, o orador aduziu muitos testemunhos para mostrar qual e quão grande é o juízo que escritores doutos e públicos deram da obra moral de São Afonso.

Exporei alguns desses testemunhos. “Quanta luz”, dizem os professores da faculdade de Teologia da Universidade de Lovaina, “as obras de São Afonso sobre matéria moral difundiram no orbe católico inteiro para a conversão das almas, e quão estupendos frutos de penitência trouxeram e ainda trazem em toda a Igreja, testemunham por tanto tempo e com tanta constância as palavras dos prelados e sacerdotes de todas as regiões, que com justiça e mérito se proclama que a doutrina de São Afonso não iluminou apenas uma ou outra região, mas ensinou e fecundou a Igreja universal. Por desígnio da divina Providência, fez-se com que aquela fonte abundantíssima e salubérrima brotasse desde o tempo em que irrompeu sobre o gênero humano uma horrenda inundação de perversidade.”

Os doutores do colégio teológico de Bolonha escrevem, entre outras coisas, que nessa Teologia Moral “é muito difícil declarar qual das duas coisas mais se sobressai, se a santidade ou a sabedoria. Tamanha força de engenho, tão admirável prudência para a defesa da sã doutrina, tão temperante continência contra adversários violentíssimos nela reluzem, que daí se mostra um soldado de Deus perfeito sob qualquer nome.

Página 20

“Deve-se ter como grandíssimo benefício que as sentenças de Afonso, já em altíssimo preço entre todos antes de ele ser inscrito entre os santos, depois desta honra tenham prevalecido por toda parte entre as nações, de modo que não há prelado sagrado que não as favoreça, ministro da Igreja que não as percorra, juiz sentado no tribunal que não as abrace. Isso foi de fato reconhecido e comprovado até pelos adversários; pois os chefes dos partidos extremos já não têm seguidores que queiram segui-los, visto que todos os doutíssimos deste tempo parecem dedicar-se inteiramente a interpretar os livros de Afonso e ilustrá-los com comentários. Hoje, os preceitos de Afonso vigoram não só entre italianos, franceses, belgas e alemães, mas em toda a Europa, e até tão amplamente quanto se estende a própria Igreja católica.”

Os professores da Faculdade Teológica da Universidade de Viena tocam com muita ciência a razão pela qual deve ser exaltada com tantos louvores a obra moral do santo prelado, quando dizem: “Julgamos que o maior mérito pelo qual São Afonso se tornou ilustre consiste no fato de ter exposto, com admirável erudição, uma doutrina dos costumes igualmente distante do rigor imoderado e da demasiada lenidade, inteiramente cheia do genuíno espírito da Igreja; de tê-la provado com máxima clareza, explicado com máxima agudeza e defendido fortissimamente contra os adversários com armas vitoriosas.”

O cardeal de Rohan-Chabot, arcebispo de Besançon, em carta circular ao seu clero, dada em Roma em 5 de julho de 1831, depois de recebido o notíssimo Responsum da Sagrada Penitenciaria, escreveu: “Nada de mais desejado para nós, dilectíssimos, nada de mais útil para vós poderia acontecer do que podermos propor-vos uma norma certa para o governo das almas, sobretudo na administração do sacramento da Penitência, que cada um de vós possa seguir com segurança. Por isso, ao comunicar ao nosso clero aquela resposta, congratulamo-nos muito convosco porque nos é oferecida ocasião, ou melhor, remédio eficaz para dissipar os movimentos das almas agitados e procurar a tranquilidade das consciências. Assim, uma vez que este seja o juízo de Roma, queremos que a ele se adira plenamente; a todos exortamos com afeto paterno que o levem à prática, para que se observe o que o Apóstolo tanto recomenda: ‘Rogo-vos, irmãos, pelo nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, que todos digais a mesma coisa e que não haja cismas entre vós; sede

Página 21

perfeitos no mesmo sentido e na mesma sentença.”

A esses ornamentos da Igreja Romana e Galicana é lícito acrescentar três prelados italianos, contemporâneos do santo autor. Um deles, o reverendíssimo Basti, outrora bispo de Melfi, dizia: “Com esta sua Moral, o padre Afonso derrotou o jansenismo; pois pôs as doutrinas morais em seu justo estado e facilitou para nós, bispos, o governo das almas.” Outro, o reverendíssimo Lupoli, outrora bispo de Cerreto, acrescentou: “Eu não me atreveria a ser bispo se não tivesse sobre a mesa a Moral de monsenhor Ligório.” Um terceiro, enfim, o reverendíssimo Minutoli, outrora bispo de Mileto, confessava de si mesmo: “Nos tantos anos em que fui confessor em Nápoles, não conheci outra Moral senão a de monsenhor Ligório. Esta eu sustentei em Nápoles; esta quero que seja seguida por meus confessores diocesanos, e com esta regra governo minha diocese. Não pode falhar quem por ela se regula, porque ela é obra de um bispo santo, cheio de Deus e todo zelo pela salvação das almas.”

Do mesmo modo, o reverendíssimo Kenrick, outrora arcebispo de Baltimore, ao empreender sua obra moral, disse: “Empregamos todo o esforço para que, da antiga escola de São Tomás e dos documentos mais recentes de São Afonso, reuníssemos o que devia ser julgado a respeito de cada caso.” E no prólogo de sua obra: “Entre os autores mais recentes de Ética se sobressai São Afonso de Ligório, que nos deixou os frutos de sua ciência e de seu exercício na teologia moral. Sempre o tivemos diante dos olhos, ao preparar esta nossa obra qualquer que fosse, e muitas vezes transcrevemos suas próprias palavras e seguimos de boa vontade sua autoridade.”

Outro bispo da Igreja americana, Mullock, escreveu: “A grande e principal obra de Santo Afonso é sua Teologia Moral, uma das obras mais eruditas sobre o assunto jamais publicadas. Ela passou depois por inúmeras edições e sempre foi considerada autoridade padrão.”

Página 22

Omito os preclaríssimos testemunhos sobre a moral de São Afonso que deram dois escritores italianos bastante célebres em teologia moral: Scavini, no prefácio à sua Teologia Moral e no tratado sobre a consciência, e Dom Frassinetti, no Compêndio de Teologia Moral. Dom Martinet recorda estas palavras: “A defesa desta obra exímia já seria supérflua, visto que estas duas coisas constam: primeiro, que a teologia ligoriana, mais aprovada que seus compêndios, é versada dia e noite por quase todos os pastores e confessores; segundo, que entre as teologias morais publicadas em época recente, ela é facilmente considerada, por almas sem preconceitos, ocupar o primeiro lugar da ligoriana, por imensa e contudo não confusa abundância de erudição, pela singular prudência e ciência experimental do santíssimo autor, e sobretudo pela repetida aprovação da Sé Apostólica.”

Dom Mulier escreveu igualmente: “Prefiro a todos o divino Tomás e Santo Afonso. Quanta autoridade tem este santo bispo em matérias morais, vê-se pelos juízos e louvores da Igreja. Nos tempos atuais, dificilmente se encontra no orbe católico alguma província em que a obra louvada, juntamente com os demais escritos dele, não goze de grande divulgação e estima.”

Do mesmo modo, Dom Bernardo Sala, ao condensar a obra afonsiana em compêndio, discorreu gravemente sobre a autoridade do santo autor e concluiu: “É fácil deduzir que, entre os muitíssimos escritores de Moral cujas opiniões podem ser lícitamente seguidas por não terem sido reprovadas pela Igreja, deve-se, sem dúvida, dar preferência às de Santo Afonso de Ligório.”

Dom Raimundo Miguel, tradutor espanhol da obra *Homo Apostolicus*, escreveu entre outras coisas: “É inútil dizer que a esta classe pertence a teologia moral de Santo Afonso Maria de Ligório. Ninguém, sem incorrer na nota de temerário, poderá censurar os escritos deste insigne autor. Que peso tão extraordinário não se acrescenta à sua doutrina! Um Doutor que ensina com a palavra e com o exemplo é duas vezes Doutor; e um Doutor que se faz santo praticando aquilo mesmo que ensina pode fazer muitos santos.

Página 23

Eis por que são tão apreciadas entre os sábios as obras de Santo Ligório.”

O padre Joseph Mach, da Companhia de Jesus, provando quão difícil é cultivar bem a teologia moral inteira, tem, entre outras, estas palavras: “Uma dificuldade ainda restava: encontrar um guia fiel que com perfeita segurança conduzisse o sacerdote inexperiente pelas ásperas e intrincadas sendas da teologia moral. Mas a divina Providência nos deu esse bom anjo e guia seguríssimo na teologia, na pessoa de Santo Afonso Ligório. Entre as obras muitíssimo apreciáveis que circulam sobre teologia moral, uma certamente das mais autorizadas e mais dignas de ser estudada, comentada e ilustrada é a Teologia Moral de Santo Afonso Ligório. Tudo a recomenda sobremaneira.”

Dom Neyraguet escreveu em seu prefácio: “Que há de mais útil que a Teologia Moral de Santo Afonso? Deve-se atender ao seguinte: primeiro, o santo autor tem diante de si os ditos e pensamentos preclaros dos demais doutores; segundo, por longo tempo ponderou suas opiniões, com preces e exercício das virtudes, pelo qual mereceu ser ajudado, mais que os outros, pela luz celeste; terceiro, não levado por cupidez alguma e alheio a toda doutrina singular, aderindo de todo coração à doutrina da Igreja Romana, apresenta acuradamente as decisões da Santa Sé, que outros doutores muitas vezes omitem; e tem principalmente isto em mente: manifestar os erros dos jansenistas, inimicíssimos da sã doutrina, e reconduzi-los às antigas regras da Igreja católica; quarto, seguem sua doutrina inúmeros clérigos conspícuos por ciência e piedade e muitíssimo versados em seu estudo, exercendo o santo ministério com grande êxito; quinto, mal se encontra outro Doutor que tenha escrito tanto e tão particularmente sobre matéria moral. Não admira, portanto, que nestes tempos esta Teologia seja por toda parte desejada e procurada, recomendada pelos prelados das igrejas e por doutores exímios, exaltada com sumos louvores, difundida por todo o orbe e posta nas mãos de quase todos os clérigos.”

Para não prosseguir mais longamente, omito os demais: o padre João Gury, o padre Montrouzier, a *Revue des sciences ecclésiastiques* e o padre Zecchirtelli, e outros escritores semelhantes em cursos de teologia, bem como os preclaros elogios tributados por periódicos doutos.

Página 24

Também podem ser vistos elogios em periódicos eruditos, como a *Unità Cattolica* e a *Revue des Sciences ecclésiastiques*.

Trazidos ao meio esses preclaríssimos encômios de autores, e descrito também o aplauso com que muitíssimas edições se difundiram por todo o orbe, afasta-se por isso mesmo para muito longe aquela observação proposta pelo censor, como se a obra moral de Afonso se reduzisse a um mero compêndio de sentenças, no qual não se encontraria outro mérito do autor senão o de laborioso compilador.

Àquelas partes da observação pelas quais se opõe que não se pode dizer que a obra iniciada tenha sido levada à perfeição, porque sem dúvida outras emendas teriam sobrevindo se, estando ele ainda vivo, outras edições tivessem sido publicadas ou se tivesse vivido por mais tempo, o orador respondeu, entre outras coisas, assim: “Não se devem confundir as primeiras edições da obra com a obra que o santo autor deixou ao morrer. Deve-se examinar esta, não as primeiras tentativas, que sempre desejam algo a emendar, temperar e aperfeiçoar; e isso o santo autor realizou.

“Não quero, certamente, reconduzir inoportunamente o ótimo censor das disciplinas morais à matemática; mas é lícito recordar que as emendas das obras, quando são feitas reta e religiosamente, procedem por série decrescente. Assim, quanto mais a lima é aplicada pelo autor, menor se torna o número de erros ou defeitos que necessitam de correção. De fato, o santo varão acrescentou à segunda edição um elenco de noventa e nove questões reformadas. Na sexta, publicada em 1767, acrescentou outras vinte e três. Depois, na oitava, que publicou em 1779, oito anos antes de sua morte, sua pena redigiu apenas três correções.

“Disso resultou que, depois de sua morte, a obra foi tida como perfeitamente acabada em todos os aspectos, e a Sé Apostólica pôde propor Afonso como guia certíssimo, a quem os moderadores das consciências deveriam seguir em todas as questões morais. De fato, não uma só vez as Sagradas Congregações Romanas, em vez de resolver diretamente as dúvidas propostas, remeteram os consulentes a Afonso, como a um oráculo venerando. Assim, quando no ano de 1842 uma difícilíssima questão foi proposta à Sagrada Penitenciaria pelo bispo de Le Mans acerca das perguntas que o confessor deve fazer sobre

Página 25

o cumprimento dos deveres conjugais, no dia 8 de junho respondeu: 'Pondere as palavras de São Afonso de Ligório, homem douto e peritíssimo nessas matérias, que na Prática dos Confessores diz: Quanto aos pecados dos cônjuges referentes ao débito conjugal, falando ordinariamente, o confessor não é obrigado, nem convém que interrogue senão as esposas, se o prestaram, e do modo mais modesto possível. Sobre o mais, cale-se, a não ser que seja interrogado.' Do mesmo modo, a Sagrada Congregação da Inquisição Romana e Universal, à pergunta se os impedidos de ir a Roma em pessoa estavam obrigados a recorrer ao menos por carta ou procurador para obter absolvição dos casos reservados à Sé Apostólica, respondeu em 18 de julho de 1860: 'Consulte o bispo orador N. autores aprovados, entre os quais Santo Afonso Maria de Ligório.' E, quando à mesma Sagrada Congregação foram propostas várias dúvidas sobre a absolvição do cúmplice em pecado torpe, no mesmo dia também saiu esta resposta: 'Consulte o bispo orador N. as Decretais de Clemente III e os autores aprovados, entre os quais Santo Afonso de Ligório, Teologia Moral, livro 7, capítulo 1, dúvida 5, sobre as censuras, números 84 a 92.' Trazendo ainda algumas outras respostas semelhantes, o orador prosseguiu assim.

“Se alguém suporta com dificuldade que Afonso, enquanto vivia, tenha trabalhado cuidadosamente em corrigir defeitos e tenha encontrado muitas coisas que escaparam na primeira ou segunda edição e depois puderam ser reformadas para melhor, direi que não é admirável que, entre tantas milhares de questões, ele tenha encontrado algumas opiniões que primeiramente admitira como bastante prováveis, mas que depois, por repetido exame, reconheceu como certamente e notavelmente menos prováveis. Com efeito, ele considerou dever de religião examinar e ponderar acuradissimamente, e mesmo escrupulosamente, não uma só vez, as razões que militavam de ambos os lados em favor de cada opinião, como se vê no texto da Teologia Moral: 'Sempre tive o temor de que Deus me pedisse conta do mesmo modo se eu aprovasse opiniões laxas como prováveis e se eu reprovasse como laxas opiniões prováveis.' Sobre essas emendas são dignas de memória as coisas que refere o padre Tannoia, biógrafo do santo autor: em Nápoles, tais emendas não agradaram àquelas veneráveis Congregações, visto que as opiniões emendadas eram geralmente julgadas bastante firmes e apoiadas em autoridades clássicas. Alguns chegaram a dizer que isso não honrava o autor.

Página 26

‘Digam de mim o que quiserem’, disse Afonso, ‘não busco minha glória, mas o bem das almas e a glória de Cristo Jesus.’ Tanta era no santo autor a religião, tão sincero o zelo com que investigava a verdade! Oxalá todos os teólogos, tanto os mais rígidos quanto os mais benignos, tivessem sempre empregado a mesma solicitude em investigar a verdade!”

Feita ainda a observação de que outros Doutores da Igreja também fizeram emendas em suas obras, o que se conta para seu louvor, entre os quais o próprio Tomás e Agostinho, assim concluiu o orador sua defesa quanto à observação de que tratamos.

“Postas essas coisas em geral, é lícito aproximar-se mais da questão. Pois, na realidade, o censor adverte que hoje se encontram muitas coisas na Teologia Moral que escaparam ao autor mal impressas e que não podem satisfazer a homens doutos e prudentes. É lícito insistir e perguntar: quais são essas coisas? Aqui a censura se ampara no honorável nome do padre Antônio Ballerini, professor de teologia moral.

“Entretanto, desse homem, que certamente nunca aderiu servilmente à autoridade de São Afonso, o censor mal pôde colher tanto que apresentasse menos de trinta lugares para seu uso, embora sejam inumeráveis as questões tratadas na Teologia Moral. O próprio censor julgou que o restante nada tinha de importante para nossa discussão. Pois, se tivesse encontrado algo grave e sólido além do que trouxe, teria, por dever de ofício, designado nominalmente. Nem podia haver algo grave e sólido; pois, se algumas opiniões ainda discutíveis se encontram em São Afonso, nenhuma, contudo, pode ser dita falsa ou proferida temerariamente.”

Nota do texto original: estas e semelhantes palavras do orador, pronunciadas no ardor da defesa, se fossem pesadas segundo a norma exata da verdade, não se encontrariam inteiramente verdadeiras. Pois, se em São Afonso se encontram opiniões discutíveis, por isso mesmo alguma poderia ser dita falsa se se demonstrasse falsa; do contrário, não seriam realmente discutíveis. Certamente nenhuma pode ser dita proferida temerariamente no sentido de que se devesse imprimir ao santo varão a nota de temeridade culpável, o que ninguém contradiz. O célebre decreto da Sagrada Penitenciaria não protege nem abrange todas e cada uma das opiniões do santo autor, nem reprova as sentenças de outros autores aprovados, que podem ser também contrárias. O decreto ou Responsum da Sagrada Penitenciaria foi dado não sobre a verdade de cada opinião do santo autor, mas a partir do princípio de prudência moral segundo o qual cada um age com segurança ao seguir as sentenças daqueles que se distinguiram pela sã doutrina e brilharam pela integridade dos costumes, qualidades reconhecidas em São Afonso com grande clareza pelo próprio juízo da Santa Sé.

Página 27

Com efeito, o decreto da Sagrada Penitenciaría protege todas e cada uma das sentenças do santo autor de tal modo que os moderadores das almas podem segui-las com segurança, sem ponderar os motivos e razões em que se apoiam suas diversas opiniões, e até sem que possa obstar o juramento prestado de defender e ensinar as sentenças dos probabilioristas. Esse louvor esplendidíssimo de São Afonso, se a memória não me engana, não foi atribuído a nenhum Doutor da Igreja. Assim, sem hesitação alguma, o Romano Pontífice pôde proferir solenemente na bula de canonização, a respeito do santo varão, aquelas gravíssimas palavras que Jerônimo proferira sobre Santo Hilário: todas as suas obras podem ser percorridas sem nenhum tropeço.

“Mas, de qualquer modo que a coisa se apresente, de onde quer que tenham sido tiradas as objeções, estamos prontos a responder abaixo a todas elas, uma por uma; nem faltarão argumentos sólidos pelos quais sejam validissimamente repelidos os golpes lançados contra a doutrina do santo bispo.” Até aqui o orador, que depois desceu também à defesa de alguns capítulos particulares da doutrina.

Além disso, outro homem versadíssimo em matérias morais, da família ligoriana, ao que penso, assumiu para si a tarefa de defender o santo autor contra esses golpes de que falou o orador. Realizou isso compondo quase uma obra, que consta de mais de quinhentas páginas em fôlio, escritas em caracteres pequenos.

Agrada extrair do proêmio algumas coisas gerais que dizem respeito mais de perto à discussão geral da causa.

“Supõe com frequência”, diz o referido varão, “o célebre professor que São Afonso foi levado somente pela autoridade dos doutores a aprovar ou rejeitar várias sentenças. Mas o próprio santo contradiz solenemente tais afirmações. Escreve na Teologia Moral: ‘Facilmente acontecerá que, nesta obra, eu não satisfaça ao sentir de todos. Por aqueles que amam mais do que convém as sentenças rígidas ou benignas, serei tido ou como demasiado austero, porque me afastei das sentenças de muitos e graves autores, ou como demasiado indulgente, porque aprovei como prováveis várias opiniões favoráveis à liberdade. Tomo Deus por testemunha, cuja honra e salvação das almas propus para mim, que tudo quanto escrevi não o escrevi impelido por alguma paixão, nem preso às palavras de alguns autores, nem aderindo demasiadamente à austeridade ou à benignidade.

Página 28

Em qualquer questão, após prévio e longo estudo, procurei investigar a verdade principalmente naquilo que mais diz respeito à prática; e por isso me esforcei não só por pesar em diligente balança as razões que os doutores clássicos apresentam, mas também não deixei de consultar vários doutos mais recentes, de modo que às vezes consumi muitos dias para formar juízo reto sobre alguma questão. Pois não segui como ovelha, para usar as palavras dos rigoristas, os caminhos dos escritores por cega condução; mas me esforcei por alcançar a verdade ou abraçar as sentenças que mais se aproximam dela. Segundo minhas forças, procurei sempre antepor a razão à autoridade; e, quando a razão me convenceu, não recusei contradizer muitos autores, mesmo aqueles aos quais talvez pudesse aderir mais, porque, ao aprender esta ciência, eles chegaram às minhas mãos antes dos demais.'

"Além disso", prossegue o mesmo defensor ligoriano, "o célebre Ballerini frequentemente objeta a São Afonso falsas alegações de autores. Concedemos de bom grado que pouquíssimos autores foram por vezes citados de modo menos exato por nosso santo em favor de alguma sentença. Mas a que teólogo que trate difusamente da disciplina moral não se poderia imputar o mesmo? Falando humanamente, não pode deixar de acontecer que, em obra amplíssima como a Teologia Moral de São Afonso, entre muitos milhares de citações, algumas incorreções escapem, sobretudo quando se trata de questões e sentenças que compreendem várias distinções e restrições.

Nota do texto original: em cerca de quatro mil questões contidas apenas na Teologia Moral, nas quais São Afonso alega e pondera as sentenças de aproximadamente oitocentos autores, as citações desse gênero são pelo menos trinta e quatro mil. Por isso, com razão, o próprio santo autor pôde afirmar no prefácio da obra: "Encontrarás reunidas nesta obra todas as questões e matérias morais que mais servem à prática. E, para escolher as sentenças mais conformes à verdade, em cada questão empreguei não pouco trabalho; pois durante muitos, isto é, quinze anos, examinei numerosíssimos volumes de autores clássicos."

Página 29

“Dissemos ‘por vezes’; pois do que se exporá abaixo ficará claramente evidente que, ao menos em grande parte, não é São Afonso, mas antes o próprio célebre Ballerini quem erra, citando com menor exatidão os textos dos autores.”

O mesmo defensor ligoriano advertiu, por fim, que não existe obrigação de seguir as sentenças dos escritores, embora tenham sido contados entre os beatos ou santos; e que até se podem impugnar suas sentenças, contanto que a impugnação se faça com a devida reverência, seja modesta e se apoie em boas razões. Bento XIV ensina isso sobretudo na constituição *Sollicita ac provida*, onde, falando de São Tomás de Aquino, louva sua moderação ao escrever e sua honestíssima maneira de agir e disputar com os adversários, reprovando o modo contrário de proceder, embora seja lícito pensar diversamente.

Nota do texto original: quão variado é o juízo que nasce espontaneamente dos escritos públicos de alguém, em contraste com aquele que outros formam a partir da própria pessoa que escreveu. Aqueles que conhecem o célebre padre Antônio Ballerini e ouviram suas aulas - eu mesmo o ouvi durante um ano ensinando moral - mal se comovem por certas maneiras de falar dele que, em si, parecem acerbas. É um ancião venerável, dotado de engenho agudo e de viva fantasia, que sempre perseguiu com horror inato os vestígios do jansenismo; por isso não é admirável que às vezes seja levado talvez para a parte oposta e que sua maneira de falar pareça por vezes áspera. Se gozasse da eloquência do célebre Melchior Cano, talvez suas maneiras de dizer não se afastassem muito dos escritos deste. No ensino, porém, é agradabilíssimo. Se demonstrasses a ele que sua sentença é menos provável e, em vez de dizer “menos provável e menos verdadeira”, disseses que é absurda, ilógica, apoiada em nenhum fundamento e coisas semelhantes, de modo algum perturbaríeis seu ânimo. De resto, presta-se geralmente deferência à autoridade de São Afonso, o que se recolhe não só de muitas de suas anotações, mas também do próprio texto que ele escolheu para explicar em escola. O *Compêndio* não é quase outra coisa senão um compêndio da doutrina afonsiana.

Página 30

A isso se acrescentaram dois votos de consultores requeridos pela Sagrada Congregação. Um desses consultores, apoiado quase nas razões que até aqui reuni do orador da causa, opinou em favor de ornar São Afonso com o título de Doutor da Igreja; o outro, vacilando de algum modo nos princípios que dirigem causas desse gênero e na aplicação deles, inclinava-se à sentença oposta.

Proposta, portanto, a causa para discussão na Sagrada Congregação dos Ritos no dia 11 de março de 1871, relatando o eminentíssimo cardeal Constantino Patrizi e conhecida a causa, saiu a resposta: “Deve-se consultar o Santíssimo sobre a concessão, ou declaração e extensão à Igreja universal, do título de Doutor em honra de São Afonso Maria de Ligório, com o Ofício e a Missa já concedidos, acrescentados o Credo, a antífona ao Magnificat em ambas as Vésperas ‘Ó Doutor’, as leituras ‘A Sabedoria’ do primeiro noturno e o oitavo responsório ‘No meio da Igreja’.”

Depois que o reverendíssimo senhor secretário relatou o assunto ao Santíssimo Padre no dia 23 de março de 1871, o Santíssimo aprovou e confirmou a resposta da Sagrada Congregação, e mandou expedir o decreto geral, que referirei abaixo.

Do que debes concluir:

I. O título de Doutor da Igreja foi atribuído, desde tempos antigos e como por consenso universal da Igreja, àquelas luzes que, resplandecendo pela santidade de vida, iluminaram de algum modo a Igreja universal com seus escritos.

II. Eles não foram chamados Doutores por causa de si mesmos, mas por causa da Igreja, à qual serviram preclaramente, seja refutando erros que se fortaleciam, seja ilustrando as Sagradas Letras, seja explicando o depósito da Revelação, seja dirigindo os costumes.

III. A eminência da doutrina, que em alguns Doutores da Igreja foi absolutamente angélica, não foi considerada absolutamente para que fossem chamados Doutores, mas relativamente a algum grande efeito que, conforme a diversa condição da Igreja, alcançaram por preclaro engenho, santidade e doutrina.

IV. Por isso, entre os Doutores da Igreja, se a doutrina é considerada absolutamente e comparada entre eles, distinguem-se graus como no firmamento há astros maiores e menores,

Página 31

os quais, todavia, todos iluminaram a Igreja universal conforme a condição das coisas.

V. Este bem, portanto, conferido à Igreja, é o principal argumento para que um santo varão seja ornado com o título de Doutor da Igreja; e isso por si mesmo significa abertamente aquela eminência de doutrina que a Igreja busca por essa razão.

VI. Daí também se conclui que causas desse gênero são promovidas em vão perante a Santa Sé para obter a declaração formal de Doutor, a não ser que já tenha precedido algum sufrágio da Igreja que tenha significado tal bem real.

VII. Todas essas coisas se encontram abundantemente em São Afonso de Ligório, que se distinguiu pela santidade de vida e resplandeceu por seus copiosos escritos, sobretudo em matéria moral, a tal ponto que, extinto quase por completo o jansenismo prático, mereceu o sufrágio de quase toda a Igreja; e com mérito deve ser tido como Doutor da Igreja e pai da prudência moral em nosso tempo.

Decreto para a Cidade e o Mundo.

“Entre aqueles que fizeram e ensinaram, e que Nosso Senhor Jesus Cristo chamou grandes no Reino dos Céus, merece ser contado Santo Afonso Maria de Ligório, fundador da Congregação do Santíssimo Redentor e bispo de Santa Ágata dos Godos. Ele, dando exemplos de todas as virtudes, como lâmpada posta sobre o candelabro, iluminou de tal modo todos os fiéis que estão na Casa de Deus que já foi contado entre os concidadãos dos santos e familiares de Deus. O que completou por santa ação, ensinou também por palavras e escritos. Com efeito, ele dissipou e removeu, por obras dotas e sobretudo por tratados de Teologia Moral, as trevas dos erros largamente difundidas por incrédulos e jansenistas. Além disso, esclareceu as coisas obscuras e declarou as duvidosas, quando, entre as intrincadas sentenças dos teólogos, ora mais laxas, ora mais rígidas, abriu uma via segura pela qual os moderadores das almas dos fiéis pudessem caminhar sem tropeço. Ao mesmo tempo, ilustrou com precisão e afirmou energicamente as doutrinas da Imaculada Conceição da Mãe de Deus e da infalibilidade do Sumo Pontífice quando ensina ex cathedra, as quais depois, nesta nossa época, foram declaradas dogmáticas. Por fim, desvendou os enigmas das Escrituras tanto em obras ascéticas

Página 32

cheias de certa suavidade celeste quanto em um comentário salubérrimo, no qual explicou os Salmos e os Cânticos a serem recitados pelos clérigos no Ofício Divino, para fomentar sua piedade e instruir sua mente. Pio VII, de santa memória, já admirara a suma sabedoria de Afonso e o recomendara porque, pela voz e pelos escritos, em meio à noite do século, mostrou aos errantes a via da justiça, pela qual poderiam passar do poder das trevas para a luz e o reino de Deus. Nem com menor louvor outro Sumo Pontífice, Gregório XVI, de santa memória, exaltou a força incomum, a abundância e a variedade de doutrina nos livros por ele escritos, nas Letras decretales pelas quais a Afonso foram tributadas maiores honras dos habitantes do céu.

“Mas nestes nossos tempos os povos narram de tal modo sua sabedoria, e a Igreja anuncia de tal modo seu louvor, que muitíssimos cardeais da Santa Igreja Romana, quase todos os prelados sagrados de todo o orbe, os supremos moderadores das ordens religiosas, teólogos de insignes academias, ilustres colégios de cônegos e homens doutos de toda classe apresentaram súplicas a Nosso Santíssimo Senhor Pio IX, Sumo Pontífice, expondo votos comuns para que Santo Afonso Maria de Ligório fosse honrado com o título e as honras de Doutor da Igreja. Sua Santidade, recebendo benignamente as preces, confiou de costume este gravíssimo negócio à Sagrada Congregação dos Ritos para exame. Assim, em congregações ordinárias reunidas no Palácio do Vaticano no dia abaixo assinado, os eminentíssimos e reverendíssimos Padres Cardeais encarregados de guardar os sagrados ritos, ouvida a relação do eminentíssimo e reverendíssimo cardeal Constantino Patrizi, bispo de Óstia e Velletri, decano do Sagrado Colégio, prefeito da mesma Sagrada Congregação e relator da causa; consideradas as observações do reverendo padre Dom Pedro Minetti, Promotor da Santa Fé, as respostas do Patrono da causa e também as sentenças dos teólogos em favor da verdade; finalmente, pesadas severissimamente todas as razões de ambos os lados, julgaram por consenso unânime que se deveria responder: deve-se consultar o Santíssimo sobre a concessão, ou declaração e extensão à Igreja universal, do título de Doutor em honra de São Afonso Maria de Ligório, com o Ofício e a Missa já concedidos, acrescentados o Credo, a antífona ao Magnificat em ambas as Vésperas ‘Ó Doutor’, as leituras ‘A Sabedoria’ do primeiro noturno e o oitavo responsório ‘No meio da Igreja’. Dia 11 de março de 1871.

Página 33

Depois que de todas e cada uma dessas coisas foi feita fiel relação ao mesmo Santíssimo Senhor Nosso Papa Pio IX pelo abaixo assinado secretário da própria Sagrada Congregação, Sua Santidade aprovou e confirmou o rescrito da Sagrada Congregação, e mandou expedir, sobre isso, o decreto geral para a Cidade e o Mundo, no dia 23 do mesmo mês e ano.”

C. Cardeal Patrizi, bispo de Óstia e Velletri, prefeito da Sagrada Congregação dos Ritos.

No lugar do sinal.

D. Bartolini, secretário da Sagrada Congregação dos Ritos.

Página 34

Da Secretaria dos Breves.

Letras Apostólicas sobre Santo Afonso Maria de Ligório, aumentado com o título de Doutor da Igreja.

PIO PP. IX. Para perpétua memória do fato.

“Cristo Senhor, que prometeu nunca faltar à sua Igreja, quando percebeu que isso convinha de modo especial à causa de sua Esposa imaculada, suscita varões insignes em piedade e doutrina, os quais, cheios do espírito de inteligência, enviem como chuvas as palavras de sua sabedoria. Pois não foi sem o providentíssimo desígnio de Deus onipotente que, quando a doutrina dos jansenistas atraía para si os olhos dos inovadores, seduzia muitos sob aparência de erro e os desviava, então sobretudo se destacou Afonso Maria de Ligório, fundador da Congregação do Santíssimo Redentor e bispo de Santa Ágata dos Godos. Combatendo o bom combate, ele abriu sua boca no meio da Igreja; e, por escritos doutos e laboriosos, cuidou de arrancar pela raiz essa peste excitada dos infernos e exterminá-la do campo do Senhor. Afonso não reclamou para si somente essas partes; mas, dirigindo sua alma unicamente à glória de Deus

Página 35

e à salvação espiritual dos homens, escreveu muitíssimos livros cheios de sagrada erudição e piedade: seja para munir uma via segura entre as intrincadas sentenças dos teólogos, umas mais laxas, outras mais rígidas, pela qual os moderadores das almas dos fiéis pudessem caminhar sem tropeço; seja para formar e instruir o clero; seja para confirmar a verdade da fé católica e defendê-la contra hereges de qualquer gênero ou nome; seja para afirmar os direitos desta Sé Apostólica; seja para excitar as almas dos fiéis à piedade. Isto, além disso, pode ser pregado com toda verdade: não há erro de nossos tempos que, pelo menos em máxima parte, não tenha sido refutado por Afonso. E que dizer do fato de que aquelas coisas que foram por Nós sancionadas, tanto sobre a Imaculada Conceição da Santa Mãe de Deus quanto sobre a infalibilidade do Romano Pontífice quando ensina ex cathedra, aplaudindo o povo cristão e aprovando numerosíssima assembleia dos prelados de todo o orbe católico, encontram-se nas obras de Afonso expostas clarissimamente e demonstradas com fortíssimos argumentos?

“Por isso, cai-lhe muito bem aquele nobilíssimo elogio da divina Sabedoria: sua memória não se afastará, e seu nome será procurado de geração em geração; os povos narrarão sua sabedoria, e a Igreja anunciará seus louvores. E Pio VII, nosso predecessor de recordanda memória, admirando a suma sabedoria de Afonso, proferiu sobre ele este gravíssimo testemunho: que, pela voz e pelos escritos, em meio à noite do século, mostrou aos errantes a via da justiça, pela qual poderiam passar do poder das trevas para a luz e o reino de Deus. Do mesmo modo, nosso predecessor de feliz recordação Gregório XVI, exaltando com máximos louvores a incrível força de expressão de Afonso, a abundância e variedade de doutrina, inscreveu-o no catálogo dos santos habitantes do céu. Por fim, nestes nossos tempos, muitíssimos cardeais da Santa Igreja Romana, quase todos os sagrados prelados de todo o orbe, os supremos moderadores das ordens religiosas, insignes corpos de teólogos, ilustres colégios de cônegos e homens doutos de toda classe nos apresentaram preces suplicantes para que aumentemos Santo Afonso Maria de Ligório com o título e as honras de Doutor da Igreja. Portanto, querendo obedecer de bom grado a essas piedosas preces, confiamos, como é costume, este gravíssimo assunto à Congregação de nossos veneráveis irmãos cardeais da Santa Igreja Romana encarregados de guardar os ritos da Igreja, para que fosse examinado.

Página 36

Ora, como a dita Congregação de nossos veneráveis irmãos, nas reuniões ordinárias realizadas no Palácio do Vaticano no dia 11 de março deste corrente ano, ouvida a relação de nosso venerável irmão Constantino, chamado cardeal Patrizi da Santa Igreja Romana, bispo de Óstia e Velletri, prefeito da mesma Congregação e relator da causa; consideradas as observações do dileto filho Pedro Minetti, presbítero, Promotor da Fé; igualmente as respostas do Patrono da causa e as sentenças dos teólogos em favor da verdade; e, por fim, pesados diligentemente e atentamente todos os motivos, julgou por consenso unânime que se devia responder: deve-se consultar o Santíssimo sobre a concessão, ou declaração e extensão à Igreja universal, do título de Doutor em honra de Santo Afonso Maria de Ligório, com o Ofício e a Missa já concedidos, acrescentados o Credo, a antífona ao Magnificat em ambas as Vésperas 'Ó Doutor', as leituras 'A Sabedoria' do primeiro noturno e o oitavo responsório 'No meio da Igreja' - nós julgamos que esse rescrito, publicado o decreto geral para a Cidade e o Mundo no dia 23 do mesmo mês e ano, devia ser aprovado e confirmado.

"Mas o dileto filho Nicolau Mauron, superior geral e reitor maior da Congregação do Santíssimo Redentor, apresentou súplica à já mencionada Congregação dos Cardeais encarregada de guardar os ritos da Igreja, para que, na festa do mesmo Santo Afonso, que pelo decreto antes mencionado foi adscrito entre os Doutores da Igreja, no Martirológio Romano, depois das palavras 'inscreveu-o no catálogo dos santos', se acrescentassem as seguintes: 'e Pio IX, Sumo Pontífice, por conselho da Sagrada Congregação dos Ritos, declarou-o Doutor da Igreja universal'; do mesmo modo, na sexta leitura, depois da palavra 'acrescentou', estas outras: 'por fim, Pio IX, Sumo Pontífice, por decreto da Sagrada Congregação dos Ritos, declarou-o Doutor da Igreja universal'; e que todas as concessões feitas a respeito disso fossem confirmadas por nossas Letras Apostólicas. Como a referida Congregação dos Cardeais, em reunião realizada de costume no dia 22 de abril deste ano, respondeu: 'Concede-se a graça'; nós, no dia 26 do mesmo mês, tivemos esse rescrito por ratificado e mandamos expedir Letras Apostólicas em forma de breve. Sendo assim, em obediência aos votos do mencionado dileto filho Nicolau Mauron e por conselho de nossos veneráveis irmãos cardeais da Santa Igreja Romana da Congregação para conhecer os legítimos ritos,

Página 37

por nossa autoridade apostólica e pelo teor das presentes, confirmamos o título de Doutor em honra de Santo Afonso Maria de Ligório, fundador da Congregação do Santíssimo Redentor e bispo de Santa Ágata dos Godos, ou, na medida em que seja necessário, de novo o atribuímos e concedemos; de tal modo que na Igreja Católica universal ele seja sempre tido como Doutor, e no dia festivo de seu aniversário, a ser celebrado tanto pelo clero regular quanto pelo secular, faça-se o Ofício e a Missa segundo o decreto e o rescrito da Sagrada Congregação dos Ritos que recordamos. Além disso, queremos e decretamos que os livros, comentários, opúsculos e, enfim, todas as obras deste Doutor, como as dos outros Doutores da Igreja, possam ser citados, apresentados e, quando a matéria o exigir, empregados não só privadamente, mas publicamente em ginásios, academias, escolas, colégios, leituras, disputas, interpretações, pregações, sermões e em todos os demais estudos eclesiásticos e exercícios cristãos.

“Finalmente, para que a piedade dos fiéis cristãos se acenda mais para celebrar devidamente o dia festivo deste Doutor e implorar piedosamente seu auxílio, confiados na misericórdia de Deus onipotente e na autoridade dos bem-aventurados apóstolos Pedro e Paulo, concedemos misericordiosamente no Senhor, perpetuamente, a todos e cada um dos fiéis cristãos de ambos os sexos que, no dia festivo do mesmo Doutor, ou em um dos sete dias contínuos imediatamente seguintes, escolhido ao arbítrio de cada fiel, verdadeiramente penitentes e feita a confissão sacramental, receberem a Santíssima Eucaristia, visitarem devotamente alguma das igrejas da Congregação do Santíssimo Redentor e ali derramarem piedosas preces a Deus pela concórdia dos príncipes cristãos, pela extirpação das heresias e pela exaltação da Santa Mãe Igreja, no dia em que fizerem essas coisas, indulgência plenária e remissão de todos os seus pecados. Ela poderá também ser aplicada, por modo de sufrágio, às almas dos fiéis cristãos que, unidas a Deus na caridade, tiverem partido desta luz.

“Por isso, por meio das presentes, mandamos a todos os veneráveis irmãos patriarcas, primazes, arcebispos e bispos, e aos dilectos filhos prelados de outras igrejas constituídos por todo o orbe da terra, que aquilo que acima foi sancionado seja solenemente publicado em suas províncias, cidades, igrejas e dioceses,

Página 38

e que procurem que seja inviolável e perpetuamente observado por todas as pessoas eclesiásticas seculares e pelos regulares de quaisquer ordens, em todos os lugares e povos. Isto prescrevemos e mandamos, não obstante as constituições e ordenações apostólicas, gerais ou especiais, publicadas nos concílios universais, provinciais e sinodais, e quaisquer outras coisas em contrário. Queremos, porém, que aos traslados ou exemplares das presentes letras, mesmo impressos, assinados pela mão de algum notário público e munidos do selo de pessoa constituída em dignidade eclesiástica, se dê exatamente a mesma fé que se daria às próprias presentes se fossem exibidas ou mostradas.

“Dado em Roma, junto de São Pedro, sob o anel do Pescador, no dia 7 de julho de 1871, ano vigésimo sexto de Nosso Pontificado.”

Pelo senhor cardeal Paracciani Clarelli.

Félix Profili, substituto.

No lugar do anel do Pescador.